Série Artigos

INSTITUTO DURANGO DUARTE

O Marquês de Santa Cruz:

Conheça o sacerdote que coroou Dom Pedro II e lutou pela criação do Amazonas

DURANGO DUARTE

O Marquês de Santa Cruz:

Conheça o sacerdote que coroou Dom Pedro II e lutou pela criação do Amazonas

Quem caminha hoje pela movimentada Rua Marquês de Santa Cruz, no Centro Histórico de Manaus, ou passa pela tradicional escola de tempo integral que leva o mesmo nome no bairro de São Raimundo, talvez não imagine que o batismo desses locais remete a uma das tramitações políticas mais longas e complexas do Brasil Império.

O homenageado é Dom Romualdo Antônio de Seixas, um influente sacerdote paraense que, muito antes de receber seus títulos de nobreza, usou as tribunas do Parlamento imperial para dar voz ao antigo desejo de autonomia da região do Rio Negro.

Um Sacerdote na Alta Política do Império

Nascido em Cametá (PA) em 7 de fevereiro de 1787, Romualdo Antônio de Seixas teve uma sólida formação intelectual e eclesiástica, estudando em Lisboa antes de retornar à sua região natal para lecionar latim, retórica e filosofia. Sua liderança o levou a presidir a Junta Provisória Governativa do Pará no início da década de 1821.

• • •

Posteriormente, Seixas construiu uma carreira parlamentar de destaque, representando o Pará e a Bahia na Câmara dos Deputados em diferentes legislaturas e chegando a presidir a Casa em dois períodos (1828 e 1841).

Paralelamente, sua ascensão na Igreja Católica consolidou seu prestígio nacional. Nomeado para o arcebispado da Bahia pelo poder imperial em 1826, ele foi confirmado pelo papa Leão XII e sagrado bispo no Rio de Janeiro em 1827, assumindo as funções de Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil.

O Projeto de 1826: A Primeira Tentativa

Em 27 de maio de 1826, exercendo seu mandato de deputado, Dom Romualdo apresentou uma proposta audaciosa: elevar a comarca do Rio Negro à condição de província, separando-a administrativamente do Pará. O projeto também previa a criação de uma prelazia (uma estrutura da Igreja independente) e solicitava um auxílio financeiro inicial vindo da Fazenda Pública do Maranhão.

A proposta não nascia do nada. O desejo de governo próprio na região remontava à antiga Capitania de São José do Rio Negro, criada em 1755, cuja autonomia havia sido sufocada pelas reorganizações políticas do início do século XIX.

O projeto de Seixas gerou intensos debates em 1828, onde parlamentares discutiam as grandes distâncias geográficas, as dificuldades de administrar o território e as incertezas sobre a receita e a população local. A autonomia, contudo, não foi aprovada de imediato. O processo cruzou décadas e dependeu de outras iniciativas, como o projeto do deputado João Cândido de Deus e Silva em 1839, cujo autógrafo só subiu para o Senado em 1843.

A Cabanagem e o Contexto Estratégico

Entre as idas e vindas dos debates parlamentares, a Amazônia foi sacudida pela Cabanagem (1835–1840). Longe de ser um evento res-

trito a Belém, a revolta popular alcançou o médio e o alto Amazonas, mobilizando indígenas, negros e mestiços ao longo dos rios Negro e Madeira.

Esse cenário de conflitos locais acendeu o alerta no Rio de Janeiro. A posterior emancipação do Amazonas não se deu por uma simples concessão benevolente da corte, mas sim por uma profunda necessidade estratégica do Império em garantir a soberania nacional, patrulhar as extensas fronteiras e organizar a navegação dos rios da região.

Da Criação à Instalação: O Nascimento do Amazonas

A vitória jurídica da autonomia só se concretizou em 5 de setembro de 1850, quando Dom Pedro II sancionou a Lei nº 582. A norma transformou oficialmente a Comarca do Alto Amazonas na Província do Amazonas, garantindo à nova unidade uma Assembleia Provincial de vinte membros, além de um deputado e um senador na Assembleia Geral.

É importante notar duas distinções cronológicas essenciais desse período:

Criação vs. Instalação: A província nasceu juridicamente em 1850, mas sua administração só começou efetivamente em 1º de janeiro de 1852, quando João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha assumiu o cargo de primeiro presidente da província.

A Evolução de Manaus: Na época do projeto de Dom Romualdo (1826), a atual capital era conhecida apenas como Lugar da Barra. O povoado foi elevado a vila em 1832, tornou-se cidade em 1848 e só adotou oficialmente o nome de Manaus em 1856.

A Coroação do Imperador e os Títulos de Nobreza

Enquanto a questão do Amazonas tramitava lentamente, Dom Romualdo de Seixas exercia papéis de máxima relevância na corte. Em 18 de julho de 1841, na qualidade de Arcebispo Primaz, ele presidiu

• • •

a sagração e a solene cerimônia de coroação do jovem Imperador Dom Pedro II, então com quinze anos, na Capela Imperial do Rio de Janeiro.

Curiosamente, quando defendeu o Amazonas no Parlamento em 1826, o clérigo ainda não era nobre. Os seus títulos honoríficos só foram concedidos pelo monarca muito tempo depois: ele se tornou Conde de Santa Cruz em 1858 e, finalmente, Marquês de Santa Cruz em 14 de março de 1860, ano de seu falecimento.

Ao olhar para a Rua Marquês de Santa Cruz ou para a escola no bairro de São Raimundo, resgata-se não apenas um nome na placa, mas a memória de um debate de vinte e quatro anos que ajudou a redesenhar o mapa do norte do Brasil.

Fontes consultadas

Câmara dos Deputados. Romualdo Antônio de Seixas nas galerias de ex-presidentes. Consultar fonte

Instituto Durango Duarte. Uma breve história da Província do Amazonas especialmente páginas 35 a 40. Consultar fonte

Instituto Durango Duarte. Apresentação de Uma breve história da Província do Amazonas. Consultar fonte

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Registro de autoridade de Romualdo Antônio de Seixas. Consultar fonte

Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados. Dossiê do projeto de Seixas de 1826 código BR DFCD CD1-2-PPL-5PL-1826-13054. Consultar fonte

Arquivo do Senado Federal. Autógrafo de 20 de junho de 1843 sobre a elevação do Alto Amazonas. Consultar fonte

Magda Ricci. Cabanagem cidadania e identidade revolucionária Tempo volume 11 número 22 2007. Consultar fonte

Paulo Roberto Palm. A abertura do rio Amazonas à navegação

internacional e o parlamento brasileiro FUNAG 2009. Consultar fonte

Câmara dos Deputados. Lei nº 582 de 5 de setembro de 1850 publicação original. Consultar fonte

IPHAN. Manaus AM história do conjunto urbano. Consultar fonte

Museu Imperial. Sagração e coroação de Dom Pedro II em 18 de julho de 1841. Consultar fonte

Prefeitura de Manaus. Nova via da Eduardo Ribeiro garante fluidez no trânsito 2017. Consultar fonte

Imprensa Oficial do Amazonas. Diário Oficial com registro da Escola Estadual Marquês de Santa Cruz na Rua Virgílio Ramos São Raimundo. Consultar fonte

S A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres Conde de Santa Cruz Arcebispo da Bahia. Consultar fonte

Série

Artigos

INSTITUTO DURANGO DUARTE